



Manuel A. M. Payés ()*

***Turismo doméstico, progresso e
qualidade de vida***

(*) Professor do Curso de Economia da Universidade de Sorocaba - UNISO. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.



RESUMO

Este artigo tem como pano de fundo a constatação de que o desenvolvimento econômico, ao degradar o meio ambiente, vem comprometendo o progresso e a qualidade de vida atuais e futuros. Esse problema é verificado inclusive na atividade de turismo, que deve crescer consideravelmente, nos próximos anos, no Brasil. O objetivo é refletir sobre a seguinte questão: é possível conciliar a expansão do mercado turístico doméstico com a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais das regiões receptoras, de modo a conseguir progresso com qualidade de vida para a atual e futuras gerações? Concluímos que essa conciliação, pelo menos no turismo, que é uma atividade com complexidade tecnológica inferior à da indústria e agricultura, poderia conseguir-se com um planejamento descentralizado, intersetorial, participativo e pautado no princípio de capacidade de suporte. A viabilidade desse planejamento, por outro lado, pressupõe, decisões e ações políticas domésticas, amplos programas de conscientização ambiental e, também, ações que reduzam o estresse urbano e a necessidade de busca do “verde”.

ABSTRACT

The basis of this article is the fact that economic development by degrading the environment undermines progress and the quality of life present and future. This problem is also found in tourism activities which are expected to grow considerably in Brazil in the next few years. This article poses the following question: is it possible to harmonize the expansion of domestic tourism with the preservation of natural, cultural and social resources in touristic areas in order to achieve progress with quality of life for the present and future generations? We conclude that this adjustment, at least in tourism, which is technologically a less complex activity than industry and agriculture, could be achieved with a decentralized intersectorial partaking plan based on the principle of support capacity. The viability of this plan, on the other hand, foresees domestic political decisions and attitudes, wide programs of environmental awareness as well as attitudes to decrease urban stress and the need for searching “the green”.

Introdução

Nos países em desenvolvimento não faltam problemas socioeconômicos que demandam urgente e firme solução. A péssima distribuição de renda é um deles. No Brasil, por exemplo, segundo dados do IBGE¹, os 10% mais ricos da população ficaram com 48% da renda nacional em 1995, enquanto os 50% mais pobres ficaram com apenas 13%! De igual forma são graves os problemas com emprego, saúde, educação, para citar alguns.

Nessas condições, falar em preservação do meio ambiente parece ter pouco sentido, ainda mais quando, dada nossa crescente vulnerabilidade externa, a crise financeira internacional vem forçando o governo FHC a impor novos sacrifícios à Nação.

Todavia, os graves problemas econômicos de curto prazo, bem como aqueles herdados e que ainda estão sem solução, não deveriam ofuscar um outro problema igualmente importante: a persistente degradação do meio ambiente e o comprometimento do próprio progresso e qualidade de vida atuais e futuros.

Na realidade, não se trata de problemas diferentes. O desafio do mundo moderno consiste precisamente em conciliar desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Noutras palavras, trata-se de promover o desenvolvimento econômico (crescimento do emprego, renda, melhoria na saúde, educação, etc.) sem degradar o meio ambiente. Como conseguir isso?

Este artigo desenvolve-se em torno dessa questão, tomando como campo de reflexão a atividade de turismo que deve crescer significativamente nos próximos anos, no Brasil.

Desenvolvimento sustentável

No estudo da trajetória econômica e social dos países, dois conceitos ainda são freqüentemente utilizados. O primeiro é o de crescimento econômico, que trata do aumento da capacidade de produção, visto, normalmente, através da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto *per capita*. O segundo é o de desenvolvimento econômico que tenta avaliar, além do crescimento econômico,

¹ IBGE. **Pesquisa Nacional por amostragem de domicílio**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

a melhoria do padrão de vida da população e importantes alterações na estrutura econômica do país².

Mais recentemente, porém, observam-se importantes iniciativas que apontam a necessidade de incluir nesse enfoque econômico a discussão sobre o meio ambiente. Nesse novo enfoque, ganha espaço o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Essa expressão, como se sabe, foi internacionalmente popularizada, no final dos anos 80, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no seu relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado originalmente em inglês, em 1987, e, no ano seguinte, em português.

Essa Comissão define o desenvolvimento sustentável como sendo “... aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”³.

Há nessa conceituação uma importante preocupação implícita: o desenvolvimento econômico até hoje verificado, quer nos países centrais quer nos periféricos, compromete a satisfação das necessidades das futuras gerações. Essa preocupação é plenamente justificável, quando se constata os sérios danos que o desenvolvimento econômico vem causando ao meio ambiente. Entre eles, destacam-se a escassez e poluição da água, poluição do ar, resíduos sólidos e tóxicos, degradação do solo, desmatamento e mudanças atmosféricas. Acontece que a dimensão cada vez mais complexa e ampla desses danos mina o desenvolvimento futuro.

Os problemas ambientais com que nos defrontamos não são novos, mas só recentemente sua complexidade começou a ser entendida. Antes, nossas maiores preocupações voltavam-se para os efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente. Hoje, temos que nos preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico. Área após área, a deterioração do meio ambiente está minando o potencial de desenvolvimento⁴.

Segundo o Banco Mundial, os danos causados ao meio ambiente podem prejudicar a saúde humana, a produtividade econômica e o “valor de conforto”, isto é, podem prejudicar o bem-estar atual e futuro da humanidade:

² Paulo Sandroni, **Novo dicionário de economia**. 6. ed., São Paulo: Best Seller, 1994.

³ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed., Rio de Janeiro: FGV, 1991, p. 46.

⁴ Id., *ib.*, p. 38.

Saúde. A saúde precária e morte prematura causadas pela degradação da qualidade do ar e da água e por outros riscos ambientais reduzem o bem-estar humano. Os poluentes podem provocar problemas de saúde, seja diretamente através da exposição, seja indiretamente em conseqüências de mudanças no ambiente físico...

Produtividade. Se a saúde debilitada pode diminuir a produtividade humana, a degradação ambiental reduz a produtividade de muitos recursos naturais diretamente utilizados pelo homem. A poluição da água prejudica a pesca, a saturação por encharcamento e a salinização do solo diminuem a produtividade agrícola...

Conforto. É o prazer ou satisfação decorrente de um meio ambiente limpo que pode ser perdido. Inclui desde a recreação até antigos conceitos espirituais quanto ao valor intrínseco do mundo natural..."⁵

Trata-se, na realidade, de enfrentar um enorme desafio: conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente ou, do ponto de vista microeconômico, de inserir nas decisões econômicas de produção e investimento o critério conservacionista e no mesmo nível que o de rentabilidade. Essa conciliação é a pré-condição necessária para o progresso com qualidade de vida.

Aparentemente, apenas as decisões de produção e investimento já implementadas ou cogitadas nos setores industrial e agrícola merecem preocupação da sociedade, sendo elas as que deveriam urgentemente conciliar rentabilidade com preservação do meio ambiente. Na verdade, porém, o setor de serviços não está isento de responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente, particularmente quando sua expansão depende, em boa medida, de recursos naturais, sociais e culturais. É o caso do turismo que, para importantes modalidades (turismo rural, turismo ecológico, turismo de saúde, etc.), pressupõe a existência e o consumo intensivo de atrativos naturais, sociais e culturais (água, floresta, artesanato, patrimônio histórico, etc.).

O turismo

Mas será que a expansão de atividades de serviços, como o turismo, degrada o meio ambiente? O turismo é uma atividade com perspectivas de crescimento no Brasil? Iniciemos pela última questão.

⁵ Banco Mundial. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1992**. Rio de Janeiro: Imprinta, 1992, p. 5 e 48.

O turismo é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo. Em 1980, viajaram pelo mundo 288,6 milhões de turistas, gerando uma receita de US\$ 105,2 bilhões de dólares. Em 1995, foram 561,0 milhões de turistas, e a receita respectiva foi de 380,7 bilhões de dólares⁶. Esses números dão uma boa idéia da importância econômica do turismo, do ponto de vista da geração de renda e emprego. Infelizmente, não existem dados oficiais sobre os níveis de emprego e renda do turismo no Brasil. Mas, em face do menor avanço tecnológico *vis-à-vis* o setor industrial e à forte presença de micro, pequenas e médias empresas nessa atividade, certamente os níveis de emprego e renda devem ser bastante significativos, bem como o potencial de geração de novos empregos.

No Plano Real, o turismo é, adicionalmente, importante na medida que representa a única atividade econômica da Conta de Serviços do Balanço de Pagamentos que, em curto prazo, pode contribuir na redução dos brutais déficits.

Com efeito, repare-se na tabela 1 que o saldo negativo (receita menos despesa) registrado na Balança de Serviços praticamente duplicou entre 1990 e 1997, passando de US\$ 15,4 bilhões de dólares para US\$ 27,3 bilhões. Esse último montante foi responsável por 82% do déficit em Conta Corrente.

Tabela 1: Evolução dos saldos das principais contas da Balança de Serviços (US\$ milhões)

ano	Juros Líquidos	Viagens Internacion	Lucros e Dividendos	Transportes	Outros	Saldo Bça Serviços
1990	-9748	-121	-1592	-1643	-2265	-15369
1991	-8621	-212	-665	-1656	-2388	-13542
1992	-7253	-319	-574	-1359	-1834	-11339
1993	-8280	-799	-1831	-2090	-2585	-15585
1994	-6338	-1181	-2483	-2441	-2300	-14743
1995	-8158	-2419	-2590	-3 011	-2416	-18 594
1996	-9840	-3593	-2 373	-3480	-2421	-21707
1997	-10388	-4377	-5597	-4514	-2411	-27287

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 34, núm. 5, maio/98 (ed. Internet)

A evolução do saldo negativo da conta viagens internacionais, que registra a receita vinda de turistas estrangeiros no Brasil menos as despesas de turistas brasileiros no Exterior, foi ainda mais surpreendente. Passou de apenas US\$ 121 milhões de dólares, em 1990, para US\$ 4,4 bilhões de dólares, em 1997. A

⁶ EMBRATUR. Anuário Estatístico EMBRATUR. Brasília, 1996.

tabela 2 permite observar o crescimento da participação relativa dessa conta na Balança de Serviços. Repare-se que a conta viagens internacionais representava somente 1% do déficit da Balança de Serviços, em 1990. Em 1997, porém, salta para 16% !

Tabela 2: Evolução da participação % dos saldos das principais contas no déficit da Balança de Serviços

ano	Juros Líquidos	Viagens Internacion	Lucros e Dividendos	Transportes	Outros	Total
1990	63%	1%	10%	11%	15%	100%
1991	64%	2%	5%	12%	18%	100%
1992	64%	3%	5%	12%	16%	100%
1993	53%	5%	12%	13%	17%	100%
1994	43%	8%	17%	17%	16%	100%
1995	44%	13%	14%	16%	13%	100%
1996	45%	17%	11%	16%	11%	100%
1997	38%	16%	21%	17%	9%	100%

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 34, núm. 5, maio/98 (ed. Internet)

Como os déficits das demais contas da Balança de Serviços são extremamente rígidos, para serem reduzidos no curto prazo, o governo FHC procura estimular o crescimento do mercado turístico doméstico através, principalmente, de subsídios, captação de recursos externos e crédito de longo prazo do BNDS para ampliação da oferta turística (atrativos, equipamentos e serviços, infra-estrutura de apoio), notadamente no Nordeste. Espera-se que, além de gerar renda e emprego, diminua o saldo negativo da conta viagens internacionais, pois imagina-se que a ampliação e a modernização da oferta turística doméstica atrairão cada vez mais turistas estrangeiros e seduzirão, igualmente, uma fatia maior do turista brasileiro que viaja ao Exterior. Esses são objetivos explícitos do PRODETUR que tem contado, mais recentemente, com forte apoio político e financeiro:

O PRODETUR/NE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste foi concebido a partir de iniciativas dos Governadores do Nordeste, da SUDENE; Banco do Nordeste, EMBRATUR e da Comissão de Turismo Integrada - CTI/NE, conscientes da importância do turismo no desenvolvimento da Região, quer como gerador de divisas e benefícios sociais, quer na expansão do emprego de mão-de-obra⁷ (grifo nosso).

⁷ EMBRATUR. PRODETUR, p. 1, Internet: www.embratur.gov.br/embratur/sumario.html

A tabela 3 é bastante esclarecedora quanto ao objetivo de geração de divisas. O governo procura, de um lado, aumentar as receitas que, note-se, têm apresentado uma evolução relativamente estável entre 1993 e 1997 e, de outro, reduzir as despesas que mostram crescimento “explosivo”. Em 1993, os brasileiros gastaram no Exterior U\$ 1,8 bilhões de dólares contra U\$ 5,4 bilhões, em 1997.

Tabela 3 Evolução do saldo da conta viagens internacionais (US\$ milhões)

Discriminação	1993	1994	1995	1996	1997
Viagens internacionais	-799	-1181	-2419	-3598	-4377
Receita	1 043	1 051	972	840	1 069
Despesa	1 842	2 232	3 391	4 438	5 446

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 34, núm. 5, maio/98 (ed. Internet)

Alavancado, ainda, na ampliação e melhoria dos meios de transporte e comunicação, o turismo doméstico deve crescer significativamente nos próximos anos, inclusive porque, do lado da demanda doméstica e internacional, segundo RUSCHMANN⁸, parcela crescente da população, estressada com a deterioração das condições de vida dos grandes conglomerados urbanos, busca, durante as férias, os fins de semana e os feriados, as regiões com belezas naturais, longe das cidades. Nessas viagens, os turistas urbanos estressados procuram satisfazer as necessidades de lazer em geral e a recomposição física e, principalmente, psíquica da força de trabalho em particular.

Até hoje, porém, a despeito da legislação ambiental e dos programas do IBAMA e EMBRATUR, como por exemplo com o Ecoturismo, o crescimento do turismo doméstico tem agredido os recursos naturais, culturais e sociais das regiões receptoras. Por quê? Simplesmente, porque, da mesma forma que qualquer outro mercado capitalista, o mercado turístico guia-se pela valorização patrimonial, pela busca da maior rentabilidade no menor prazo possível, deixando, em regra, em segundo plano, qualquer preocupação com a preservação dos

⁸ Doris Ruschmann, **Turismo e planejamento sustentável**. A proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997 (Coleção Turismo), p. 14 e 15.

recursos ambientais. RODRIGUES⁹, BENEVIDES¹⁰, RIBEIRO & BARROS¹¹, JÚNIOR¹², entre outros estudiosos, apontam esse grave problema.

Até mesmo na sua modalidade ecológica, a expansão do turismo tem provocado (e não apenas no Brasil) a degradação dos recursos naturais, culturais e sociais das regiões receptoras. A EMBRATUR¹³ define o turismo ecológico como o “...segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca da formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. De acordo com RUSCHMANN:

No Brasil, os impactos ambientais do turismo ecológico não têm sido estudados de forma sistemática e as ocorrências aqui citadas são fruto de observações empíricas, relatórios de grupos de ambientalistas, de guias ecológicos e de empresários que organizam as viagens. Além disso, utilizaram-se dados relativos a estudos realizados em outros países da América Latina –Belize, Costa Rica, República Dominicana, Equador e México-, cujos produtos ecoturísticos apresentam semelhanças marcantes com os do Brasil, tanto na organização dos programas como nos impactos que provocam nos meios naturais e socioculturais¹⁴.

O mesmo autor reconhece que há impactos positivos do ecoturismo na gestão dos recursos naturais e socioculturais das regiões turísticas receptoras, mas cita um considerável leque de impactos negativos. Dentre estes últimos destacam-se:

...acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, nas montanhas, nos rios e lagos; contaminação das fontes e dos mananciais

⁹ Arlete M. Rodrigues, Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In Adyr B. Rodrigues (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁰ Ireleno P. Benevides, Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In Adyr B. Rodrigues(org.), op. cit.

¹¹ Gustavo L. Ribeiro& Flávia L. Barros, A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In Célia M. De T. Serrano & Heloísa T. Bruhns (orgs.), **Viagens à Natureza**. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Turismo).

¹² Edmilson L. Júnior, Urbanização turística, cultura e meio ambiente no nordeste brasileiro. In Adyr B. Rodrigues (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹³ EMBRATUR. **ECOTURISMO**, p. 1, Internet: www.embratur.gov.br/embratur/sumario.html.

¹⁴ Doris Ruschmann, op. cit., p. 62.

de água doce e do mar perto dos alojamentos, provocada pelo lançamento de esgoto e lixo in natura nos rios e no oceano; poluição sonora e ambiental provocada pelos motores dos barcos e pelos geradores que proveêm de energia elétrica os lodges; coleta e destruição da vegetação às margens das trilhas e dos caminhos na floresta; erosão de encostas devido ao mau traçado e à falta de drenagem das trilhas; caça e pesca ilegais, em locais e épocas proibidas; incêndios nas áreas mais secas, provocadas por fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros; descaracterização das tradições e dos costumes das comunidades receptoras, cujos ritos e mitos muitas vezes são transformados em shows para os turistas; aumento dos preços das mercadorias e dos terrenos; migração de pessoas originárias de regiões economicamente debilitadas para os novos pólos turísticos, em busca de empregos, provocando excedente na oferta de mão-de-obra e escassez de moradias.

Pelo exposto, percebe-se que os impactos negativos do turismo ecológico sobre o meio ambiente natural e sociocultural superam os positivos. *Este fato não pode ser ignorado pelos órgãos governamentais e pelos empresários do setor, pois alguns danos são irreversíveis e comprometem a característica natural desses meios, motivo principal da vinda dos turistas que buscam a experiência turística nos ambientes ecologicamente conservados*¹⁵ (grifo nosso).

O planejamento turístico

Portanto, o crescimento do turismo doméstico também levanta a mesma questão: é possível conciliar a expansão do mercado turístico doméstico com a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais das regiões receptoras?

Bacal & Miranda¹⁶, Beni¹⁷, Silveira¹⁸, Barreto¹⁹, Ruschmann²⁰, Matsumoto²¹, estudiosos que têm debatido e realizado propostas concretas, acreditam que

¹⁵ Id., ib., p. 62-65.

¹⁶ Sarah S. Bacal & Sonia M. de Arruda Miranda, Impactos do turismo nos núcleos receptores: necessidade de normalização. In Adyr B. Rodrigues (org.), op cit.

¹⁷ Mario C. Beni, Política e estratégia de desenvolvimento regional, planejamento integrado do turismo. In Adyr B. Rodrigues (org.), op. cit.

¹⁸ Marcos A. T. Silveira Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In Adyr B. Rodrigues (rg.), op. cit.

¹⁹ Margarita Barreto, **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.

²⁰ Doris Ruschmann, op. cit.

²¹ MATSUMOTO, Hiroshi. Desenvolvimento de um sistema de planejamento regional de turismo. Florianópolis, 1978. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Engenharia Industrial, mimeo.

sim, mas defendem a necessidade do planejamento turístico. Da mesma forma, o governo federal aponta a necessidade do planejamento. Recentemente (94/95) lançou o PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo visa conscientizar os municípios sobre o fato de que somente possuir atrativos ou potencial turístico não é suficiente para que a atividade cresça. *O turismo só poderá produzir benefícios sociais, econômicos, históricos-culturais e ambientais, se for planejado e gerenciado dentro de um contexto regional, nacional e até internacional*"²² (grifo nosso).

Esse programa torna explícita a opção pelo planejamento turístico descentralizado, indicando uma nova postura do governo federal quanto à política turística. Também o governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Esporte e Turismo, tem incentivado o planejamento nessa atividade econômica²³.

Para Figuerola²⁴ o planejamento turístico:

...va a significar la lucha contra el azar o la improvisación. Se quiere resaltar que el desconocimiento del presente y del futuro, siempre originará antieconomías, así como el deterioro del medio (contaminación y desequilibrios ecológicos) y desajustes sociales (tensión y cambios improcedentes, degradación social, deterioro cultural y pérdida de identidad).

Lange define o planejamento como uma tentativa de coordenar o processo de decisão econômica a longo prazo, influenciando e controlando o nível de crescimento das principais variáveis econômicas, de forma a alcançar um conjunto de objetivos pré-determinados.

É verdade que, no Brasil, a experiência com planejamento turístico não é animadora. Todavia, isso decorreu dos regimes políticos autoritários e da subsequente concepção de planejamento. Segundo Silveira²⁵:

²² EMBRATUR. PNMT, pág. 1, Internet: www.embratur.gov.br/embratur/sumario.html

²³ Estado de São Paulo - Secretaria de Esporte e Turismo. *Manual de planejamento turístico municipal*. São Paulo, s.d.

²⁴ FIGUEROLA, Manuel. *Teoría Económica del Turismo*. Madrid: Alianza, 1990, p. 333.

²⁵ SILVEIRA, Marcos A. T. Planejamento territorial e dinâmica local..., *op. cit.*, p. 91.

...o planejamento ainda tem sido praticado dentro de uma visão com forte viés autoritário, centralizador e na qual prevalece o enfoque setorial. É a visão do planejamento burocrático, setorizado e como algo a ser imposto de cima para baixo, herdada da concepção dominante até os anos 70...

...nas décadas de 70 e 80...em vez de oferecer subsídios para o desenvolvimento qualitativo e durável das localidades onde foram implantados, os projetos de turismo provocaram o aparecimento de problemas sociais e ambientais de toda ordem como, por exemplo, a ocupação desenfreada das áreas próximas ao litoral brasileiro, superconcentração de pessoas e de infra-estrutura turística em algumas localidades, desestruturação dos modos de vida de comunidades tradicionais, praticamente nenhuma contribuição para a melhoria da distribuição de renda entre os habitantes locais, e muita degradação ambiental.

O planejamento turístico, então, além de descentralizado, deve ser inter-setorial, isto é, deve procurar integrar o turismo com as demais atividades econômicas da região. Deve, ainda, apoiar-se na participação das comunidades locais e, também, no princípio de capacidade de suporte dos pólos ou regiões turísticas. Esse princípio refere-se, adaptando a definição empregada nas diversas ciências e apontada por HELENE & BICUDO²⁶, ao número de visitantes que, em determinada área turística, pode satisfazer suas necessidades de lazer ou de recomposição física e psíquica da força de trabalho, depositando nela seus resíduos, sem degradá-la.

O desenvolvimento do turismo, portanto, deveria ainda ocorrer sob um planejamento que reconheça que os recursos naturais, sociais e culturais das áreas turísticas têm um limite de capacidade de suporte, acima do qual manifestam-se processos de degradação. Noutros termos, que o turismo se desenvolva respeitando “...o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físico e social”²⁷.

Conclusões

Progresso e qualidade de vida para a atual e futuras gerações, cada vez mais, estão condicionadas ao desafio de inserir nas decisões econômicas, o

²⁶ M. E. M. Helene & M. B. Bicudo, **Cenário mundial**. Sociedades sustentáveis. São Paulo: Scipione, 1994, p. 27.

²⁷ Elizabeth Bo, **Ecoturismo, potencialidades y escollos**. Washington D.C: World Wildlife Fund and The conservation Foundation, 1990, p. 225. Apud Doris Ruschmann, op. cit., p. 116.

critério conservacionista e no mesmo nível de rentabilidade. Esse desafio não se restringe às decisões econômicas tomadas no âmbito dos setores industrial e agrícola. Também as decisões implementadas ou cogitadas no setor de serviços deveriam conciliar rentabilidade com preservação do meio ambiente. Trata-se, certamente, de um dos maiores desafios do mundo moderno, pois envolve complicadas questões tecnológicas, econômicas, políticas e acordos internacionais.

A expansão do turismo doméstico ilustra bem alguns problemas cruciantes que precisam ser enfrentados. Do ponto de vista do emprego, renda e divisas, é uma necessidade do país e também desejo do governo. Porém, como vimos, o turismo largado ao sabor do mercado também promove a degradação dos recursos naturais, sociais e culturais. A conciliação rentabilidade-preservação, conforme vários estudiosos, exige, pelo menos nessa atividade com complexidade tecnológica inferior à da indústria e agricultura, o planejamento descentralizado, intersetorial, participativo e pautado no princípio de capacidade de suporte.

Caberia a esse planejamento ordenar e direcionar a ampliação da oferta turística (equipamentos e serviços, infra-estrutura de apoio, etc.) para evitar danos e manter a atratividade, isto é, o de “valor de conforto”, dos recursos naturais, sociais e culturais para as próximas gerações. Além disso, do ponto de vista da demanda turística, caberia delimitar um número máximo de visitantes por mês/temporada/ano na região turística. Isto significa que, em regiões turísticas onde a “matéria-prima” são os recursos naturais, sociais e culturais, o planejamento terá que restringir o crescimento da oferta turística e trocar o turismo de massa e/ou popular por um outro seletivo, controlado e, conseqüentemente, (mais) elitizado. Noutras palavras, a conciliação rentabilidade-preservação se daria com um planejamento que limite a expansão do emprego, renda e divisas à capacidade de suporte da região turística.

Mas esse planejamento seria viável? Será que os empresários aceitarão restrições à sua atividade? Aceitarão trocar o turismo de massa por um outro que, embora seja suportado sustentavelmente pela região turística, poderá limitar os gordos lucros esperados no curto prazo? E os trabalhadores, boa parte dos quais carente de condições dignas de vida, se conformarão com um turismo que pode gerar menos emprego e renda no curto prazo? E as populações urbanas, que se encontram sob estresse (insegurança, engarrafamentos, poluição do ar e sonora, intensidade da jornada de trabalho, desemprego, etc.), terão menos chance de conseguir a recomposição física e, principalmente, psíquica da força de trabalho?

A viabilidade do planejamento turístico, nos termos sugeridos, pressupõe, por sua vez, decisões e ações políticas domésticas que forneçam os recursos humanos, financeiros, etc. e estimulem a participação das comunidades hospedeiras. Mas não só isso. A comunidade local precisaria envolver-se nesse processo não apenas sob a influência de interesses econômicos de curto prazo, mas, também e principalmente, motivada pela consciência ambiental. Caberiam, portanto, prévios programas de conscientização que, ainda, incluam os próprios visitantes. Além disso, caberiam ações que reduzam o estresse urbano e a necessidade de busca do “verde”.

A partir daí, o planejamento turístico perde qualquer viés autoritário e viabiliza que a comunidade, de um lado, procure conscientemente conciliar rentabilidade com preservação e, de outro, melhore seu progresso e qualidade de vida atuais e futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, José V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.
2. BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**, 1992. Rio de Janeiro: Imprinta, 1992.
3. BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
4. BCB. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília, vol. 34, núm. 5, maio/98 (Edição Internet).
5. BENI, Mário C. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.
6. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed., Rio de Janeiro: FGV, 1991.
7. EMBRATUR. **Anuário Estatístico**. Brasília, 1996.
8. _____. **ECOTURISMO**, www.embratur.gov.br/embratur/sumario.html.
9. _____. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: MICT, 1995.
10. _____. **PRODETUR**, www.embratur.gov.br/embratur/sumario.html.
11. ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Esporte e Turismo. **Manual de planejamento turístico municipal**. São Paulo, s.d.
12. FIGUEROLA, Manuel. **Teoría económica del Turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
13. HELENE, M. E. M. & BICUDO, M. B. **Cenário Mundial**. Sociedades Sustentáveis. São Paulo: Scipione, 1994.

-
14. IBAMA. **Linhas de Atuação, Unidades de Conservação de Uso Direto, Áreas de Proteção Ambiental.** www.ibama.gov.br.
 15. KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo.** Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
 16. LINDBERG K. & HAWKINS, D. E. **Ecoturismo.** Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora SENAC, 1995.
 17. MATSUMOTO, Hiroshi. **Desenvolvimento de um sistema de planejamento regional de turismo. Florianópolis.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Engenharia Industrial, 1978 (mimeo).
 18. MOLINAE, Sérgio. **Turismo y Ecología.** 5 ed. México: Trillas, 1994.
 19. OXINALDE, Miguel Del R. **Ecoturismo, nuevas formas de turismo en el espacio rural.** Barcelona: Bosch, 1994.
 20. ROGRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e ambiente.** Reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1997.
 21. _____, (org.). **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997.
 22. RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável.** A proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Turismo).
 23. SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia.** 6. ed., São Paulo: Best Seller, 1994.
 24. SERRANO, Célia M. de T. & BRUHNS, Heloísa T. (Orgs.). **Viagens à Natureza.** Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Turismo).